



Prata: operação conjunta desarticula grupo envolvido em estelionato

Uma investigação da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) acerca de estelionato, na cidade de Prata, Triângulo Mineiro, identificou um grupo criminoso suspeito de comprar produtos com dados de terceiros, via internet, e repassá-los a receptores. Nessa segunda-feira (7/6), com a participação da Polícia Militar, foi deflagrada uma operação no município, que resultou na prisão em flagrante de seis pessoas e na apreensão de diversos materiais, incluindo produtos de crime e itens usados para a prática dos golpes.

De acordo com o delegado regional em Ituiutaba, Luiz Antônio Minas, as investigações da PCMG começaram há cerca de um mês. Conforme apurado, estelionatários adquiriam, ilegalmente, os dados bancários e pessoais das vítimas, de diferentes regiões do país, e efetuavam compras em lojas virtuais com opção de pagamento por cartão. Depois, as mercadorias eram repassadas a outros integrantes, a valor bem abaixo do adquirido, para serem revendidas.

Operação policial

Após identificação do endereço de entrega de mercadorias, policiais civis e militares se deslocaram ao local e surpreenderam um homem, de 18 anos, ao receber uma TV. No imóvel, foram localizados uma televisão ainda na embalagem, diversos celulares, notas fiscais em nome de terceiros, dezenas de chips de diferentes operadoras, computadores, anotações referentes à movimentação de compra e venda de produtos, documentos falsos com fotos do suspeito e de um comparsa, entre outros materiais.

Já na casa do segundo investigado, de 23 anos, os policiais encontraram mais produtos de origem suspeita e notas fiscais, bem como cédulas de identidade falsas com a fotografia dele e cartões bancários com nomes de variadas pessoas. No decorrer da ação, as equipes chegaram a quatro suspeitos de serem os receptores, com idades entre 26 e 44 anos, sendo um deles dono de uma loja de celulares e produtos de informática em Prata.

Resultados

Como desdobramentos da operação, os dois investigados, de 18 e 23 anos, foram presos em flagrante, pelos crimes de receptação e falsidade documental, e encaminhados ao sistema prisional. Os demais também foram autuados por receptação. Conforme previsão legal, foi arbitrada fiança na Delegacia de Polícia e os quatro efetuaram o pagamento.

Luiz Minas informa que o prejuízo estimado às vítimas – pessoas físicas e empresas – é de R\$300 mil. "Fizemos esse cálculo considerando o valor de mercado dos produtos e também as notas fiscais apreendidas", observa o delegado regional ao completar que as investigações prosseguem pela PCMG.